RELATÓRIO E CONTAS

2022

ÍNDICE

Mensagem da Administração 3

Relatório de Gestão 4

1. Enquadramento macroeconómico 4
2. Desempenho de Atividade 5
3. Análise da performance económico-financeira 6
4. Capital Humano 6
5. Perspetivas para 2023 6
6. Conclusões e Propostas 7

Demonstrações Financeiras 9

Anexo às Demonstrações Financeiras 13

Certificação Legal de Contas 27

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Após dois anos de pandemia, acrescido da invasão à Ucrânia, o ano de 2022 trouxe consequências com as quais ainda estamos a lidar e que seguramente irão persistir por um longo período de tempo. Foi durante 2022 que a inflação aumentou para níveis que não havíamos presenciado neste século, sobretudo devido aos aumentos nos custos de energia e às perturbações nas cadeias de abastecimento que afetaram toda a economia. A elevada inflação, juntamente com as crescentes taxas de juro, colocaram sob pressão as famílias, e consequentemente todo o tecido empresarial.

Não obstante, com dedicação, inovação e espírito de sacrifício, que carateriza a Vector Mais, o ano de 2022 registou o maior volume de negócios de toda a história da empresa, acompanhado de um resultado positivo ímpar, ultrapassando inclusive os objetivos e cenários iniciais.

Se é uma realidade que o ano de 2022 foi um ano extremamente positivo para a Vector Mais, não menos real é que o encaramos como fazer parte do "passado", estando já toda a estrutura focada nos objetivos e resultados de 2023.

Temos consciência que o ritmo de mudança não irá abrandar e haverão sempre riscos inesperados a surgir no nosso caminho. Contudo, estamos confiantes de que estaremos preparados para os enfrentar, apresentando tanto o mesmo profissionalismo na execução dos projetos, como o elevado rigor e controlo na gestão.

A terminar dois agradecimentos: o primeiro, e porque são as "pessoas que fazem as organizações", um especial para todos os nossos colaboradores pela resiliência e dedicação demonstradas; o segundo a todos os parceiros da Vector Mais, pois sem eles seguramente que o desfecho de 2022 teria sido outro… e continuaremos a trabalhar em conjunto para ajudar a criar bons ambientes de trabalho.

A Administração

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e das disposições estatutárias da Sociedade, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, as Contas e a Proposta de Aplicação de Resultados, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

1. Enquadramento macroeconómico

Enquadramento interno

Após um crescimento de 6,8% em 2022, a economia portuguesa deverá crescer 1,5% em 2023, expandindo-se a um ritmo próximo de 2% em 2024 e 2025. A inflação atingiu 8,1% em 2022, prevendo-se reduzir-se gradualmente para 5,8% em 2023, 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025.

O crescimento do PIB é revisto em alta em 2022 e em baixa em 2023, enquanto a inflação e a taxa e desemprego são mais elevadas em todo o horizonte 22-25. A recuperação económica iniciada a partir do segundo trimestre de 2020 tem sido mais forte e rápida do que o projetado, incluindo o emprego. Em 2025, a atividade económica e o emprego situam-se, respetivamente, 1,1% e 1,7% acima da trajetória projetada no final de 2019.

A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do BCE a iniciar um processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza. A perda de termos de troca induzida pela subida dos preços de importação das matérias-primas energéticas constitui uma perda de rendimento real da economia que deve ser assumida e partilhada por todos os agentes.

É importante que os aumentos de salários e margens de lucro sejam consistentes com um quadro de estabilidade de preços, contribuindo para evitar pressões inflacionistas e preservar a competitividade externa. Assim, à política monetária é necessário juntar o esforço dos restantes setores institucionais Administrações públicas, Empresas e famílias, para que o processo inflacionista seja invertido e limitado no tempo.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu e situou-se abaixo da média da área do euro. A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente, projetando-se que esta evolução favorável prossiga nos próximos anos.

A atividade económica registou a partir do segundo trimestre de 2022 uma forte desaceleração, após o período de recuperação da crise pandémica. A evolução da economia portuguesa tem sido condicionada pelos efeitos da agressão militar russa à Ucrânia, em particular o aumento da incerteza geopolítica e a crise energética na Europa, que contribuíram para exacerbar o aumento de custos e preços e para a deterioração da confiança dos agentes económicos.

Ainda assim, a taxa de variação em cadeia do PIB no terceiro trimestre foi superior em 0,3 pp, prolongando as surpresas em alta observadas ao longo do período de recuperação económica posterior ao segundo trimestre de 2020. Num contexto de inflação elevada e estagnação do rendimento disponível real, a resiliência do consumo é explicada pelo desempenho do mercado de trabalho que se estima numa situação de pleno emprego, pelo impacto das medidas públicas de apoio e pelo recurso às poupanças acumuladas durante a pandemia. O consumo privado nominal aumentou 12,8% em 2022, muito acima da variação do rendimento disponível (6,4%). Dessa forma, a taxa de poupança reduz-se para 4,4%.

O crescimento da economia portuguesa reduz em 2023, após uma variação anual de 6,8% no ano anterior. O crescimento em 2022 reflete a melhoria acentuada da atividade ao longo de 2021 e a estimativa atual do INE para o PIB no primeiro trimestre de 2022.

RELATÓRIO DE GESTÃO

O crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações. A partir da segunda metade de 2023, a atividade acelera, refletindo a expetativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a recuperação gradual do rendimento real das famílias, a melhoria da procura externa e a normalização das cadeias de abastecimento globais. Uma maior absorção dos fundos europeus suporta também a atividade neste período.

A partir da segunda metade de 2023, a atividade acelera, refletindo a expetativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos. De referir ainda que a economia portuguesa cresceu acima da área do euro entre 2016 e 2019, e vai manter esta tendência entre 2020 e 2025.

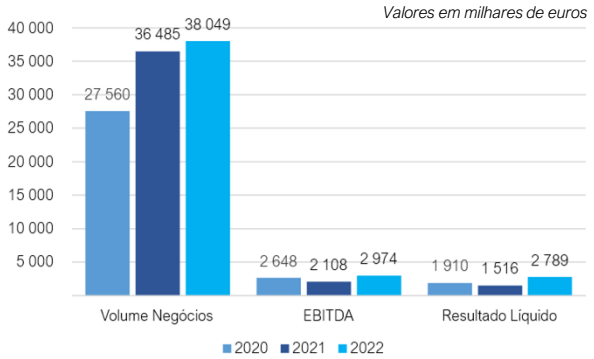
Enquadramento externo

Em 2022-23 a economia mundial é condicionada pela inflação elevada, aperto das condições financeiras e grande incerteza geopolítica, recuperando a partir de 2024 com a dissipação destes efeitos. Depois de uma contração ligeira no segundo trimestre de 2022, a atividade mundial cresce a um ritmo modesto no segundo semestre (0,6%), em particular nas economias avançadas (0,2%). O comércio internacional continuou a recuperar no primeiro semestre, beneficiando de um melhor funcionamento das cadeias de produção num quadro de normalização da oferta e de moderação da procura global.

Após o aumento significativo em 2022, a inflação na área do euro reduz-se a partir de 2023 com a dissipação das pressões da oferta e o enfraquecimento da procura, num quadro de normalização monetária. As projeções incorporam uma inflação na área do euro de 8,4% em 2022. A partir de 2023 antecipa-se uma redução gradual, para 6,3% em 2023 3,4% em 2024 e 2,3% em 2025. As previsões consideram ainda um alívio das pressões inflacionistas externas em 2023-25, após os crescimentos de preços muito significativos em 2022.

2. Desempenho de Atividade

Tal como sucedido no ano anterior, a **Vector Mais** voltou a incrementar o seu volume de negócios, mas desta vez devidamente acompanhado ao nível no EBITDA e resultado líquido. O valor de € 38 milhões do volume de negócios representa o maior ano na história da empresa, assim como o seu resultado líquido de € 2,8 milhões.



Estes resultados fortemente positivos não significam que 2022 foi um ano "fácil" para a **Vector Mais**, muito pelo contrário, uma vez que quer os resquícios do efeito COVID-19, quer a guerra na Ucrânia, provocaram dificuldades na gestão das obras, nomeadamente no que respeita à entrega de equipamentos e materiais. O tema da inflação foi outro dos contributos para que 2022 se tornasse um desafio para a empresa, pois o aumento de preços poderia ter colocado em causa o rigor e controlo orçamental/projetos mas a **Vector Mais**, fruto da seu empenho e relação com os seus clientes, conseguiu minimizar este potencial impacto.

O ano de 2022, e porque o serviço ao cliente é uma das missivas da **Vector Mais**, foi muito gratificante pelo feedback obtido pelos nossos parceiros, com enfoque nos projetos COFIDIS, LIONESA e BANCO BPI, onde os desafios e dificuldades eram enormes, quer pela tipologia dos projetos, mas sobretudo pelo rigoroso prazo de execução, e onde foi conseguido ultrapassar todos os obstáculos e ir de encontro aos objetivos traçados pelos nossos clientes/gestores de projeto.

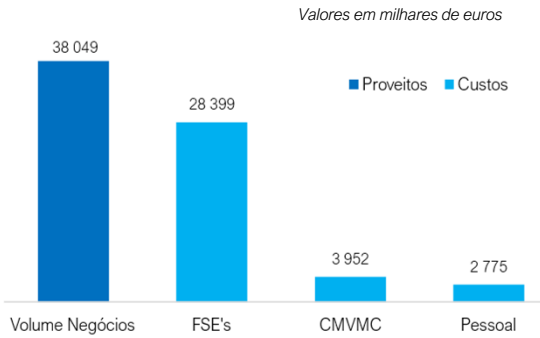
De referir ainda que em 2022 o Departamento Financeiro voltou a estar integrado na **Vector Mais**, deixando de ser garantido em regime de "serviços partilhados" pela sua acionista Higher SGPS.

A terminar, foi decisão da empresa, e devido à expectável performance do ano, realizar no final de 2022 um investimento financeiro no SIFIDE.

RELATÓRIO DE GESTÃO

3. Análise da performance económico-financeira

Em 2022 a **Vector Mais** registou um volume de negócios de € 38,0 milhões, representando um aumento de 4,3% face ao ano anterior. O EBITDA foi de € 3,0 milhões e resultado líquido de € 2,8 milhões, registando, respetivamente, aumentos de 41,1% e 84,0% comparando com o ano de 2021.



Os custos operacionais totalizaram o valor de € 35,1 milhões (92,3% do total do volume de negócios). Destes, a rubrica FSE's, com € 28,4 milhões, representou 80,8% dos custos, os CMVMC, com € 4,0 milhões, representou 11,3%, e os Custos com o Pessoal, com € 2,8 milhões, representou 7,9%.

Resumindo, os resultados apurados em 2022 foram:

- ***Resultados Operacionais*** → **€ 3,0 milhões**
- ***Resultados Financeiros*** → **€ -2 mil;**
- ***Resultados Líquidos*** → **€ 2,58 milhões.**

À semelhança dos anos anteriores, 2022 caracterizou-se para a **Vector Mais** como um ano de elevado rigor ao nível da gestão, originando que a estrutura de ativos se mantivesse fortemente equilibrada.

O total do Ativo foi de € 17,4 milhões, da qual se destacam as seguintes rubricas do Ativo Corrente: Clientes, com € 6,6 milhões, e Caixa e Depósitos Bancários, com € 5,4 milhões.

O Capital Próprio registou um valor de € 3,2 milhões, enquanto que no Passivo a rubrica com maior expressão foi a de Fornecedores, com € 9,8 milhões.

Por último, de referir que em 2022, e fruto do excelente resultado alcançado, foi atribuído aos colaboradores da **Vector Mais** uma gratificação de balanço de € 450 mil.

4. Capital Humano

No que se refere à evolução dos colaboradores, a **Vector Mais** terminou o ano de 2022 com 62, divididos pelas seguintes áreas da empresa:

- Administração 2
- Produção/Orçamentação 46
- Administrativo/Financeiro 6
- Comercial/Arquitetura 6
- Qualidade/Segurança 2

5. Perspetivas para 2023

Economia nacional e internacional

Após um crescimento de 6,8% em 2022, a economia portuguesa abranda em 2023, para 1,5%, projetando-se uma aceleração para 1,9% em 2025. O contributo do investimento aumenta, situando-se em 0,2 pp, e o das exportações de bens diminui ligeiramente para 0,3 pp. Em 2024-25, a evolução do PIB assenta na manutenção do contributo das exportações de bens e serviços em 0,9 pp, enquanto o contributo do investimento aumenta para 0,5 pp, situando-se nos dois casos próximos dos observados nos anos anteriores à pandemia. Em contraste, o consumo privado cresce menos do que o PIB, com um contributo inferior ao da média de 2015-19.

O consumo privado, após um aumento de 5,9% em 2022, cresce 0,2% em 2023 e 1,0%, em média, em 2024-25. O forte crescimento em 2022 ocorreu num contexto de recuperação do nível pré-pandémico, de estagnação do rendimento disponível real e de redução da taxa de poupança para valores historicamente baixos. Em 2023 o aumento muito reduzido do consumo privado está associado à menor almofada financeira das famílias, ao aumento do serviço da dívida e à reduzida confiança dos consumidores.

A redução adicional da taxa de poupança contribui para conter a desaceleração do consumo privado.

A recuperação do consumo privado em 2024-25 reflete a dissipação da incerteza e o crescimento moderado do rendimento disponível real, num quadro de redução da inflação e estabilização das taxas de juro, prevendo-se uma ligeira redução do serviço da dívida.

Depois de aumentar 4,6% em 2021, o consumo público abrandou em 2022 com um crescimento de 2%, refletindo a redução dos efeitos associados à pandemia. A ligeira desaceleração em 2023 tem subjacente a hipótese de menor crescimento do emprego público.

Em 2024 e 2025, apesar do contributo da execução de projetos financiados pelo PRR, assume-se a desaceleração gradual do consumo público num contexto de estabilização do emprego nas administrações públicas.

O investimento desacelerou para 1,3% em 2022, projetando-se crescimentos de 2,9% em 2023 e de 4,9%, me média, em 2024-25. Após um crescimento de 17,7% em 2022, as exportações apresentam taxas em torno dos 4% em 2023-25.

Os salários nominais no setor privado aumentaram 5,4% em 2022 e irão apresentar um acrescimento médio similar em 2023-25. Estas estimativas incluem os aumentos do salário mínimo observado em 2022 (6%) e anunciados para 2023-25 (7,8% em 2023, 6,6% em 2024 e 5,6% em 2025).

Em 2022 e 2023, a inflação é inferior à projetada para a área do euro (em 0,3 pp e 0,5 pp, respetivamente), refletindo uma menor subida do preço dos bens energéticos em Portugal. Em 2024-25, as projeções encontram-se próximas. Prevê-se taxas de juro de curto prazo mais elevadas refletindo as subidas de taxas de juro decididas nas últimas reuniões do BCE e a expetativa de subidas adicionais nos próximos meses, a EURIBOR a 3 meses aumenta para 2,9% em 2023, diminuindo gradualmente para 2,5% em 2025.

Empresa

O grande desafio que a **Vector Mais** irá defrontar em 2023 será o superar os valores do ano anterior, quer ao nível do volume de negócios, quer no que respeita aos resultados. Temos consciência que não irá ser uma tarefa fácil, pois tanto a conjuntura económica, cuja situação da guerra na Ucrânia ainda é uma incógnita e pode causar ainda mais constrangimentos ao nível de materiais e equipamentos, como a conjuntura política nacional que se prevê que posso incentivar ao desinvestimento imobiliário, irão ter um enorme peso no desfecho de novos projetos para o mercado de escritórios e hotelaria,

Não obstante, vemos o setor do turismo, na vertente de reformulação e desenvolvimento do mercado hoteleiro, como uma área onde a **Vector Mais** irá tentar reforçar a sua posição, posicionando-se desta forma como um importante *player* neste sector.

Neste contexto, e tendo por princípio os objetivos estratégicos referidos anteriormente, a **Vector Mais** propôs em orçamento para 2023 o objetivo de atingir um volume de proveitos operacionais de € 35,0 milhões e um EBITDA de € 2,9 milhões.

O ano de 2023 será ainda o ano de reforço ao nível do *Compliance* e *Ambiente*, pois é intenção clara finalizar o processo, já em curso, da Certificação em Política de Gestão Integrada QSA.

A terminar, teremos pela frente em 2023 o desafio de continuar a criar condições de trabalho que potenciem a manutenção do maior recurso da empresa – "fator humano". Como em qualquer organização, a **Vector Mais** são "pessoas".

6. Conclusões e Propostas

No exercício de 2022 a **Vector Mais** apresentou um resultado positivo de *€2.788.920,88*. O Resultado apresentado já se encontra deduzido das gratificações de balanço estimadas no montante de €450.272,00.

RELATÓRIO DE GESTÃO

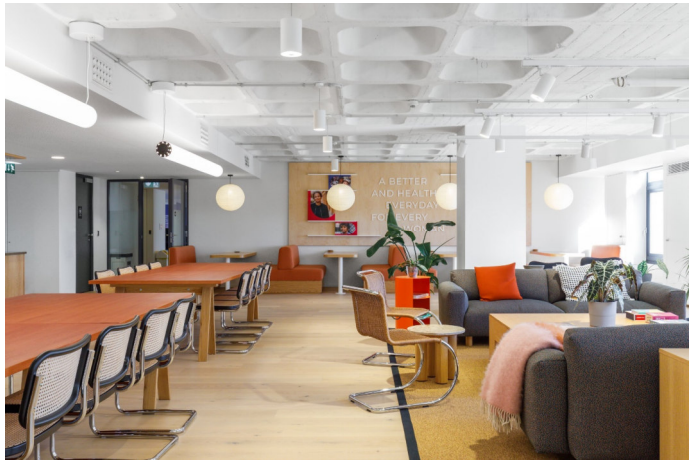
O Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

Resultados transitados	*€ 1.388.920,88;*
Distribuição de dividendos	*€ 1.400,000,00.*

Informações complementares:

a) Para além dos factos acima referidos, e dos que, em maior detalhe, constam do Relatório que acompanha as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;

b) Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para as atividades da empresa.



Nota Final

Às Empresas e Entidades que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Empresa.

A todos os trabalhadores que contribuíram para o desempenho da empresa, com o seu profissionalismo e dedicação, a Administração deseja expressar o seu agradecimento.

A Administração

Algés, 10 de abril de 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	45 065,99	46 614,29
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	7	9 979,12	13 054,25
Outros investimentos financeiros	9	795 836,85	38 529,17
Clientes	11	3 050 956,98	2 063 530,20
Total do ativo não corrente		**3 901 838,94**	**2 161 727,91**
Ativo corrente			
Inventários	10	17 264,76	153 391,40
Clientes	11	5 566 033,09	6 300 578,08
Estado e outros entes públicos	12	283 131,57	197 820,77
Outros créditos a receber	13	2 026 807,83	2 637 992,70
Diferimentos	14	224 017,76	388 215,77
Caixa e depósitos bancários	4	5 356 835,61	6 542 598,64
Total do ativo corrente		**13 474 090,62**	**16 220 597,36**
Total do ativo		**17 375 929,56**	**18 382 325,27**

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo

CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
Capital subscrito	15	200 000,00	200 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	15	200 000,00	
Reservas legais	15	40 000,00	40 000,00
Resultados transitados	15	3 947,37	
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	15	9 948,69	10 849,32
		453 896,06	**250 849,32**
Resultados líquido do período		2 788 920,88	1 515 971,13
Total do capital próprio		**3 242 816,94**	**1 766 820,45**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	1 036,81	4 103,38
Total do passivo não corrente		**1 036,81**	**4 103,38**
Passivo corrente			
Fornecedores	17	9 816 087,62	11 609 151,49
Adiantamentos de clientes	18	2 296,85	3 292,38
Estado e outros entes públicos	12	78 479,90	47 625,00
Financiamentos obtidos	16	3 070,34	23 435,06
Outras dividas a pagar	19	2 822 438,58	2 385 367,17
Diferimentos	15	1 409 702,52	2 542 530,34
Total do passivo corrente		**14 132 075,81**	**16 611 401,44**
Total do passivo		**14 133 112,62**	**16 615 504,82**
Total do capital próprio e do passivo		**17 375 929,56**	**18 382 325,27**

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
Vendas e serviços prestados	20	38 049 318,00	36 485 405,63
Subsídios à exploração	21	6 843,33	6 843,34
Ganhos/perdas imputados de subsid., assoc. e emp. conjuntos	7	872,24	3 046,74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(3 952 433,16)	(4 501 700,64)
Fornecimentos e serviços externos	22	(28 398 556,13)	(27 768 938,82)
Gastos com o pessoal	24	(2 775 052,01)	(2 318 011,48)
Outros rendimentos	25	57 326,53	223 534,46
Outros gastos	26	(14 435,64)	(22 636,52)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**2 973 883,16**	**2 107 542,71**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(26 098,70)	(35 559,76)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**2 947 784,46**	**2 071 982,95**
Juros e gastos similares suportados	27	(2 366,83)	(20 888,10)
Resultado antes de impostos		**2 945 417,63**	**2 051 094,85**
Imposto sobre o rendimento do período	8	(156 496,75)	(535 123,72)
Resultado líquido do período		**2 788 920,88**	**1 515 971,13**

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

	Capital realizado	Prestações suplementares	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
A 31 de Dezembro de 2020	**200 000,00**		**40 000,00**		**10 849,32**	**1 909 548,07**	**2 160 397,39**
Alterações no período							
Alterações de políticas contabilísticas							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				1 909 548,07		(1 909 548,07)	
				1 909 548,07		**(1 909 548,07)**	
Resultado líquido do período						1 515 971,13	1 515 971,13
Resultado integral				**1 909 548,07**		**(393 576,94)**	**1 515 971,13**
Operações com detentores de capital no exercício							
Distribuições				(1 909 548,07)			(1 909 548,07)
Outras operações							
				(1 909 548,07)			**(1 909 548,07)**
A 31 de Dezembro de 2021	**200 000,00**		**40 000,00**		**10 849,32**	**1 515 971,13**	**1 766 820,45**
Alterações no período							
Alterações de políticas contabilísticas							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				1 516 871,76	(900,63)	(1 515 971,13)	
				1 516 871,76	**(900,63)**	**(1 515 971,13)**	
Resultado líquido do período						2 788 920,88	2 788 920,88
Resultado integral				**1 516 871,76**	**(900,63)**	**1 272 949,75**	**2 788 920,88**
Operações com detentores de capital no exercício							
Distribuições				(1 512 924,39)			(1 512 924,39)
Outras operações		200 000,00					200 000,00
		200 000,00		**(1 512 924,39)**			**(1 312 924,39)**
A 31 de Dezembro de 2022	**200 000,00**	**200 000,00**	**40 000,00**	**3 947,37**	**9 948,69**	**2 788 920,88**	**3 242 816,94**

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	36 906 619,39	38 991 896,59
Pagamentos a fornecedores	(34 739 442,03)	(29 153 187,96)
Pagamentos ao pessoal	(1 820 135,31)	(1 475 709,04)
Fluxos gerados pelas operações	**347 042,05**	**8 362 999,59**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(230 964,74)	(925 762,67)
Outros recebimentos/pagamentos	61 716,03	211 305,90
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**177 793,34**	**7 648 542,82**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(29 697,00)	(23 447,49)
Investimentos financeiros	(750 000,00)	
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	5 000,00	
Juros e rendimentos similares		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	**(774 697,00)**	**(23 447,49)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	400 000,00	16 137,08
Realizações de capital e de outros instr. de capital próprio	200 000,00	
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(425 108,95)	(1 514 732,20)
Juros e gastos similares	(907,36)	(19 508,88)
Dividendos	(762 924,39)	(2 659 548,07)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	**(588 940,70)**	**(4 177 652,07)**
Variação de caixa e seus equivalentes	(1 185 844,36)	3 447 443,26
Efeito das diferenças de câmbio	81,33	99,49
Caixa e seus equivalentes no início do período	6 542 598,64	3 095 055,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**5 356 835,61**	**6 542 598,64**

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo

O Contabilista Certificado

A Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 1

Introdução e identificação

A **Vector Mais - Projectos e Obras de interiores, S.A.** é uma sociedade anónima com sede no Edifício Torre Monsanto, Rua Afonso Praça, nº 30, 12º piso, 1495-061 Algés, Portugal, com o número de identificação coletiva 504 796 089 tendo sido constituída em janeiro de 2000. A sua atividade principal é a realização de projetos e execução de obras de interiores, assim como a comercialização de mobiliário de escritório.

A **Vector Mais** é detida em 100% pela Empresa HIGHER SGPS, S.A.

As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2023. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

NOTA 2

Referencial contabilístico na preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas, que lhes são aplicáveis, que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os quais são designados genericamente por NCRF. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de junho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº8254/2015); os Modelos de Demonstrações Financeiras (portaria nº220/2015), o Código de Contas (Portaria nº218/2015) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 8256/2015) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 8258/2015).

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2021.

NOTA 3

Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Sociedade. Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados na preparação das demonstrações financeiras são os seguintes:

(I) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas de imparidade, e só são reconhecidos na medida em que sejam identificáveis, seja provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para Empresa e desde que o seu valor possa ser medido com fiabilidade.

Encontra-se registado nesta rubrica software e outras licenças, os quais são amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

(II) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser

capaz de funcionar da forma pretendida e; (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Conforme permitido pela NCRF 3, a 1 de janeiro de 2009, a **Vector Mais** utilizou para todos os ativos fixos tangíveis o custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, registadas em POC a 31 de dezembro de 2008.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um ativo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto do respetivo exercício.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

(III) Locações

A **Vector Mais** classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os pagamentos de locação ao abrigo de contratos de locação operacional são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base numa base de linha reta durante o período de locação.

(IV) Investimentos em subsidiárias e associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a **Vector Mais** tenha influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas, mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Considerou-se a existência de influência significativa quando a **Vector Mais** a detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

As entidades que se qualificam como associadas são as seguintes:

			2022	2021
Entidade Associada	Sede	Atividade Principal	% de Capital detido	
PALMDEED, Lda.	Rua Afonso Praça, nº 30, Oeiras	Gestão e Promoção Imobiliária	30,00%	30,00%
Making Place, Lda	Rua Afonso Praça, nº 30, Oeiras	Equipamentos e Serviços de Interiores	5,00%	5,00%

Apesar da **Vector Mais** não possuir mais 20% do poder de voto da entidade Making Place, existe influência significativa, tendo a entidade sido classificada como associada.

Na aquisição dos investimentos em associadas, qualquer diferença positiva entre o custo de aquisição e a parte do a **Vector Mais** no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada é contabilizada de acordo com a NCRF 14 e incluída na quantia escriturada do investimento. Caso aquele diferencial seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

As associadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos em associadas são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição e as quantias escrituradas são ajustadas de acordo com as alterações de resultados e outras variações dos capitais próprios das investidas, após a data de aquisição.

As partes da Sociedade nos resultados das investidas são reconhecidas nos resultados do exercício. As distribuições recebidas das investidas reduzem as quantias escrituradas dos investimentos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As alterações nos interesses proporcionais da **Vector Mais** nas investidas, resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados, são reconhecidas diretamente no capital próprio.

Contudo, os investimentos em associadas classificados como detidos para venda, de acordo com a NCRF 8, foram contabilizados nos termos dessa norma.

Quando a parte da **Vector Mais** nas perdas acumuladas de uma associada igualar ou exceder o seu interesse na investida, o investimento é escriturado por um valor nulo. Depois do interesse ser reduzido a zero, é reconhecido um passivo se a **Vector Mais** tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas. Se posteriormente a associada relatar lucros, a **Vector Mais** reconhece a sua parte quando a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

(V) Ativos e passivos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos ativos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade."

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, empréstimos concedidos, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo, sendo a taxa de juro efetiva a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo ou custo amortizado são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão

Os ativos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. A perda por imparidade dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Em relação aos ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica de Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) no período em que são determinadas.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

"São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Outros créditos a receber

Os créditos a receber são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade dos créditos a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte devedor,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que o crédito a receber está numa situação de imparidade.

(VI) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem compreende as contas em entidades bancárias. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

(VII) Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

VIII) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. O montante das provisões é revisto na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a Vector Mais é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

(IX) Passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(X) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda diferente da moeda funcional da Empresa são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Os itens denominados em moeda estrangeira: (i) se itens monetários são atualizados às taxas de câmbio dessa data; (ii) se itens não monetários registados ao justo valor são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados e (iii) se itens não monetários registados ao custo histórico não são atualizados.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

(XI) Impostos sobre rendimentos

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias."

Os Impostos Correntes e Diferidos são reconhecidos como um rendimento ou como um gasto e incluídos no resultado líquido do período, exceto quando o imposto provenha de uma transação ou acontecimento que seja reconhecido, no mesmo ou num diferente período, diretamente no capital próprio, caso em que o respetivo imposto é diretamente debitado ou creditado ao Capital Próprio.

(XII) Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

(XIII) Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

(XIV) Prestação de serviços

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados."

(XV) Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando: (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e (ii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases: (i) os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo; (ii) os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e (iii) os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Empresa (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

(XVI) Custos com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva. Os custos de financiamentos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

(XVII) Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática internacional do sector, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

b) Imparidade de dívidas a receber

Para a análise da recuperabilidade das dívidas a receber é tida em conta a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

c) Reconhecimento de provisões e ajustamentos

Existem processos judiciais e fiscais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, a Empresa efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

(XVIII) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

NOTA 4

Fluxos de caixa

A composição do caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 analisa-se como se segue:

	2022	2021
Numerário	3 835,91	4 559,42
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3 433 999,70	3 222 039,22
Depósitos a prazo mobilizáveis	1 919 000,00	3 316 000,00
Total	**5 356 835,61**	**6 542 598,64**

NOTA 5

Partes relacionadas

Conforme referido na Nota 1, o capital da **Vector Mais** é totalmente detido pela Higher SGPS, S.A. que é a sociedade-mãe do Grupo Higher.

5.1. Saldos com outras partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos com as empresas do Grupo Higher eram como se segue:

	2022				2021			
	Empresa-mãe	Associadas	Partes relacionadas	Total	Empresa-mãe	Associadas	Partes relacionadas	Total
Contas a receber		105,00	3 238 834,16	3 238 939,16		105,00	3 511 697,51	3 511 802,51
Contas a pagar			(52 000,90)	(52 000,90)			(461 789,88)	(461 789,88)
Suprimentos / Outros		45 947,37		45 947,37	750 000,00	42 000,00		792 000,00
		46 052,37	**3 186 833,26**	**3 232 885,63**	**750 000,00**	**42 105,00**	**3 049 907,63**	**3 842 012,63**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios de 2022 e 2021, as transações efetuadas com entidades relacionadas foram como se segue:

	2022				2021			
	Empresa-mãe	Associadas	Partes relacionadas	Total	Empresa-mãe	Associadas	Partes relacionadas	Total
Vendas e serviços prestados		25 458,62		25 458,62		33 809,22		33 809,22
Custos e serviços obtidos	(362 400,00)		(3 013 949,33)	(3 376 349,33)	(404 400,00)	(1 205,00)	(5 995 297,58)	(6 400 902,58)
	(362 400,00)	**25 458,62**	**(3 013 949,33)**	**(3 350 890,71)**	**(404 400,00)**	**32 604,22**	**(5 995 297,58)**	**(6 367 093,36)**

NOTA 6

Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

		Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	**Total**
Custo de aquisição				
Saldo em	01-01-2022	212 035,49	301 290,71	513 326,20
Aquisições		22 067,40	2 483,00	24 550,40
Alienações		(17 880,00)		(17 880,00)
Abates			(730,00)	(730,00)
Saldo em	31-12-2022	**216 222,89**	**303 043,71**	**519 266,60**
Depreciações acumuladas				
Saldo em	01-01-2022	187 625,91	279 086,00	466 711,91
Reforços		16 800,72	9 297,98	26 098,70
Alienações		(17 880,00)		(17 880,00)
Abates			(730,00)	(730,00)
Saldo em	31-12-2022	**186 546,63**	**287 653,98**	**474 200,61**
Ativo Líquido: S	01-01-2022	24 409,58	22 204,71	46 614,29
Ativo Líquido: S	31-12-2022	**29 676,26**	**15 389,73**	**45 065,99**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

		Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	**Total**
Custo de aquisição				
Saldo em	01-01-2021	212 035,49	289 401,71	501 437,20
Aquisições			20 761,00	20 761,00
Abates			(8 872,00)	(8 872,00)
Saldo em	31-12-2021	**212 035,49**	**301 290,71**	**513 326,20**
Depreciações acumuladas				
Saldo em	01-01-2021	169 100,04	264 658,35	433 758,39
Reforços		18 525,87	16 606,17	35 132,04
Alienações			(2 178,52)	(2 178,52)
Saldo em	31-12-2021	**187 625,91**	**279 086,00**	**466 711,91**
Ativo Líquido: S	01-01-2021	42 935,45	24 743,36	67 678,81
Ativo Líquido: S	31-12-2021	**24 409,58**	**22 204,71**	**46 614,29**

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo
Vida útil em anos	4	3 a 8

No período findo em 31 de dezembro de 2022, o valor de aquisição dos ativos tangíveis detidos pela Sociedade no âmbito de contratos de locação financeira ascendia a 12.406 euros, sendo a respetiva quantia escriturada, nessa data, de 3.877 euros, conforme quadro seguinte:

	2022		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Equipamento de transporte	12 406,47	(8 529,45)	3 877,02
	12 406,47	**(8 529,45)**	**3 877,02**

NOTA 7

Participações financeiras

A empresa aplicou o método da equivalência patrimonial de acordo com NCRF 13 e o disposto nos parágrafos 42 a 50. No quadro seguinte é apresentada informação resumida das participações financeiras registadas pelo método de equivalência patrimonial:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Sede	Ano	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% de particip.	Valor de balanço	Proporção no resultado
Partes de capital em associadas										
PALMDEED, Lda	Oeiras	2022	129 718,76	76 759,48	51 959,28		(2 150,15)	30,00%		
Making Place, Lda	Oeiras	2022	448 274,48	249 317,01	199 592,47	52 510,64	17 444,81	5,00%	9 979,12	872,24
			577 993,24	**326 076,49**	**251 551,75**	**52 510,64**	**15 294,66**		**9 979,12**	**872,24**
PALMDEED, Lda	Oeiras	2021	128 718,76	75 609,33	54 109,43		(4 225,66)	30,00%		
Making Place, Lda	Oeiras	2021	3 063 631,44	2 802 536,41	261 095,03	375 741,18	60 934,86	5,00%	13 054,25	3 046,74
			3 192 350,20	**2 878 145,74**	**315 204,46**	**375 741,18**	**56 709,20**		**13 054,25**	**3 046,74**

A variação da rubrica participações financeiras - método de equivalência patrimonial nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi como se segue:

	2022	2021
Saldo inicial	**13 054,25**	**10 007,51**
Movimentos de equivalência patrimonial	872,24	3 046,74
Lucros recebidos	(3 947,37)	
Saldo final	**9 979,12**	**13 054,25**

NOTA 8

Imposto sobre o rendimento

A Sociedade encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa normal de 17% para o valor da matérias coletável até € 25.000,00 e de 21% para o excedente, acrescido de 1,4% de derrama. Em 2022 a taxa normal de IRC era idêntica. Adicionalmente é aplicada a derrama estadual que corresponde a uma taxa de 3% para o lucro tributável que exceda 1,5 milhões de euros. As derramas são aplicadas à matéria coletável antes da dedução de prejuízos fiscais.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

	2022	2021
Imposto corrente	156 496,75	535 123,72
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	**156 496,75**	**535 123,72**

O pagamento dos impostos sobre os lucros é efetuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos (5 anos para a Segurança social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da **Vector Mais** dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerão liquidações adicionais que tenham um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 relaciona-se com o lucro contabilístico desses exercícios da seguinte forma (reconciliação entre o gasto de impostos e o produto do lucro contabilístico pelas taxas de imposto aplicáveis):

	2022	2021
Resultado líquido do período	**2 788 920,88**	**1 515 971,13**
Gasto (rendimento) com impostos sobre o rendimento	623 718,28	338 562,54
Gasto com impostos sobre o rendimento decorrente da tributação autónoma	43 550,87	43 755,14
Gasto com impostos sobre o rendimento decorrente da derrama estadual	46 853,84	18 483,73
Diferenças permanentes:		
Imposto sobre o Rendimento (corrente e diferido)	35 055,27	120 232,43
Outros	26 068,49	14 089,88
Benefícios fiscais	(618 750,00)	
Gasto (rendimento) com imposto corrente	156 496,75	535 123,72
Gasto (rendimento) com imposto diferido		
Gasto (rendimento) com impostos sobre o rendimento	156 496,75	535 123,72
Resultado Antes Impostos	**2 945 417,63**	**2 051 094,85**
Taxa efectiva IRC	**5,31%**	**26,09%**

Irá ser submetido uma candidatura ao SIFIDE II relativo ao investimento efetuado em atividades de I&D realizados pelos Fundos descritos na nota 9 do presente anexo. O montante do investimento realizado ascendeu a 750 mil euros, tendo o valor do imposto que deixou de ser pago pela aplicação do beneficio fiscal associado ascendido a 618.750 euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 9

Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica outros investimentos financeiros decompõe-se da seguinte forma:

	2022			2021		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Suprimentos						
PALM DEED, Lda	18 000,00		18 000,00	18 000,00		18 000,00
Fundos						
Fundos SIFIDE	750 000,00		750 000,00			
Explorer Growth Fund V, FCR	450 000,00		450 000,00			
Fundo Juno, FCR	200 000,00		200 000,00			
BlueCrow Innovation Fund V	100 000,00		100 000,00			
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	27 836,85		27 836,85	20 529,17		20 529,17
	795 836,85		**795 836,85**	**38 529,17**		**38 529,17**

NOTA 10

Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os inventários decompõe-se da seguinte forma:

	2022			2021		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Mercadorias	17 264,76		17 264,76	153 391,40		153 391,40
	17 264,76		**17 264,76**	**153 391,40**		**153 391,40**

Não foram consignadas existências como garantia do cumprimento de obrigações contratuais.

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 ascendem a 3.952 e 4.502 milhares de euros, respetivamente, e foi apurado como se segue:

	2022			2021		
	Mercadorias	Mat. primas, sub. e de consumo	Total	Mercadorias	Mat. primas, sub. e de consumo	Total
Saldo inicial de inventários	153 391,40		153 391,40			
Compras	795 640,55	3 020 665,97	3 816 306,52	870 487,76	3 784 604,28	4 655 092,04
Saldo final de inventários	17 264,76		17 264,76	153 391,40		153 391,40
Custo merd. vendidas e mat. consumidas	**931 767,19**	**3 020 665,97**	**3 952 433,16**	**717 096,36**	**3 784 604,28**	**4 501 700,64**

NOTA 11

Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

	2022			2021		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes não correntes	**3 050 956,98**		**3 050 956,98**	**2 063 530,20**		**2 063 530,20**
Outros mercados	**3 050 956,98**		**3 050 956,98**	**2 063 530,20**		**2 063 530,20**
Outras emp. relacionadas	3 050 956,98		3 050 956,98	2 063 530,20		2 063 530,20
Clientes correntes	**5 566 033,09**		**5 566 033,09**	**6 300 578,08**		**6 300 578,08**
Mercado Nacional	**5 566 033,09**		**5 566 033,09**	**5 313 151,30**		**5 313 151,30**
Gerais	5 566 033,09		5 566 033,09	5 313 151,30		5 313 151,30
Outros mercados				**987 426,78**		**987 426,78**
Outras emp. relacionadas				987 426,78		987 426,78
Clientes cobrança duvidosa	**74 144,60**	**(74 144,60)**		**74 144,60**	**(74 144,60)**	
Total	**8 691 134,67**	**(74 144,60)**	**8 616 990,07**	**8 438 252,88**	**(74 144,60)**	**8 364 108,28**

Entre as empresas Making Place (Angola) e Vector Mais, pertencentes ao Grupo Higher, foi celebrado um contrato e respetiva adenda de alteração do prazo de dívida, na qual ficou acordado que o montante global por receber de cerca de 3 milhões de euros deixaria de ter uma data específica de vencimento, pelo que passariam as mesmas a estar relevadas nas contas como dívida a receber não corrente.

NOTA 12

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram os seguintes:

	Saldos devedores		Saldos credores	
	2022	2021	2022	2021
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	139 642,25	67 024,28		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares			34 575,88	15 929,71
Imposto sobre o valor acrescentado	143 489,32	130 796,49		
Contribuições para a Segurança Social			42 990,18	31 054,54
Outros impostos			913,84	640,75
Total	**283 131,57**	**197 820,77**	**78 479,90**	**47 625,00**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 13

Outros Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a decomposição de outros créditos a receber é como se segue:

	2022			2021		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Devedores por acréscimos de rendimentos	**1 433 067,34**		**1 433 067,34**	**1 345 365,27**		**1 345 365,27**
Aplicação grau de acabamento obras em curso	1 355 364,72		1 355 364,72	1 312 037,20		1 312 037,20
Bens e serviços a faturar	77 702,62		77 702,62	33 328,07		33 328,07
Adiantamentos a fornecedores	**358 285,99**		**358 285,99**	**30 899,40**		**30 899,40**
Pessoal				**7 700,00**		**7 700,00**
Acionistas / sócios	**45 947,37**		**45 947,37**	**792 000,00**		**792 000,00**
Adiantamentos e/ou lucros disponíveis	3 947,37		3 947,37	750 000,00		750 000,00
Empréstimos concedidos a empresas associadas	42 000,00		42 000,00	42 000,00		42 000,00
Outros devedores	**189 507,13**		**189 507,13**	**462 028,03**		**462 028,03**
Gerais	1 524,95		1 524,95	1 182,50		1 182,50
Outras empresas relacionadas	187 982,18		187 982,18	460 845,53		460 845,53
Total	**2 026 807,83**		**2 026 807,83**	**2 637 992,70**		**2 637 992,70**

NOTA 14

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

	2022	2021
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Aplicação do grau de acabamento das obras em curso	58 786,32	207 651,17
Seguros	131 051,29	145 496,46
Rendas	16 527,92	16 487,29
Outros gastos a reconhecer	17 652,23	18 580,85
	224 017,76	**388 215,77**
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Aplicação do grau de acabamento das obras em curso	1 371 144,18	2 057 462,50
Faturação antecipada mobiliário	38 558,34	485 067,84
	1 409 702,52	**2 542 530,34**

NOTA 15

Capital, reservas e outras rubricas do capital próprio

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital próprio detalha-se como se segue:

	2021	Aplicação de resultados	Recebimento de lucros	Distribuição de dividendos	Prestações suplementares	Resultado do exercício	2022
Capital	200 000,00						200 000,00
Prestações suplmentares					200 000,00		200 000,00
Reservas legais	40 000,00						40 000,00
Resultados transitados		1 512 924,39	3 947,37	(1 512 924,39)			3 947,37
Ajustamentos em ativos financeiros	10 849,32	3 046,74	(3 947,37)				9 948,69
Resultado líquido do período	1 515 971,13	(1 515 971,13)				2 788 920,88	2 788 920,88
	1 766 820,45			**(1 512 924,39)**	**200 000,00**	**2 788 920,88**	**3 242 816,94**

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da **Vector Mais** é composto por 160 000 ações com o valor nominal de 1,25 euros, com a seguinte composição:

	2022			2021		
	Valor nominal	Nº de acções	Valor do capital	Valor nominal	Nº de acções	Valor do capital
Higher SGPS, S.A.	1,25	160 000	200 000,00	1,25	160 000	200 000,00
Total		**160 000**	**200 000,00**		**160 000**	**200 000,00**

Pela legislação comercial em vigor, a reserva legal terá de ser reforçada em cada exercício, pelo mínimo de 5% do resultado líquido do exercício, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas poderá ser utilizada na absorção de prejuízos caso esgotadas as outras reservas ou poderá ser incorporada no capital.

A rubrica Ajustamentos em ativos financeiros inclui os movimentos nos capitais próprios das associadas, na sequência da aplicação do método da equivalência patrimonial. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

Valor em 31-12-2020	**10 849,32**
Lucros não atribuídos	
Lucros recebidos	
Valor em 31-12-2021	**10 849,32**
Lucros não atribuídos	3 046,74
Lucros recebidos	(3 947,37)
Valor em 31-12-2022	**9 948,69**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 16

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 as rubricas de financiamentos obtidos analisam-se como se segue:

	2022		2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Locações financeiras	3 070,34	1 036,81	7 297,98	4 103,38
Descobertos bancário			16 137,08	
Total	**3 070,34**	**1 036,81**	**23 435,06**	**4 103,38**

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a maturidade dos financiamentos não correntes é a seguinte:

	2022	2021
Entre 2 a 3 anos	1 036,81	4 103,38
Superior a 3 anos		
	1 036,81	**4 103,38**

As dívidas de locações financeiras correspondem à dívida pela aquisição de bens de transporte no âmbito de contratos de locação financeira, cujos ativos se encontram registados na rubrica de ativos fixos tangíveis (ver nota 6).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a dívida relativa a locações financeiras incluídas nas rubricas de financiamentos era a seguinte:

	2022	2021
Não correntes	1 036,81	4 103,38
Correntes	3 070,34	7 297,98
	4 107,15	**11 401,36**
Valor das rendas		
a menos de 1 ano	3 134,88	7 379,05
a mais de 1 ano e a menos de 3 anos	1 044,96	4 132,64
a mais de 3 anos		
	4 179,84	**11 511,69**
Encargos financeiros	**(72,69)**	**(110,33)**
Valor do capital em dívida com locações	**4 107,15**	**11 401,36**

NOTA 17

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica de fornecedores decompõe-se como se segue:

	2022	2021
Fornecedores conta corrente		
Mercado Nacional	**9 377 620,57**	**11 382 603,47**
Gerais	8 977 620,57	10 920 813,59
Outras empresas relacionadas	400 000,00	461 789,88
Outros mercados	**108 209,34**	**207 923,61**
Gerais	108 209,34	207 923,61
Fornecedores retenção p/garantia		
Mercado Nacional	**330 257,71**	**18 624,41**
Total	**9 816 087,62**	**11 609 151,49**

NOTA 18

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os adiantamentos de clientes decompõe-se como se segue:

	2022	2021
Clientes gerais		
Mercado Nacional	2 296,85	3 292,38
Total	**2 296,85**	**3 292,38**

NOTA 19

Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a decomposição da rubrica de outras dívidas a pagar é como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2022	2021
Credores por acréscimos de gastos	**2 812 676,66**	**2 103 180,00**
Aplicação do grau de acabamento das obras em curso	2 077 738,73	1 634 366,34
Remunerações a liquidar	700 370,50	458 420,00
Outros acréscimos de gastos	34 567,43	10 393,66
Outros credores	**9 580,18**	**282 187,17**
Gerais	9 580,18	282 187,17
Pessoal	**181,74**	
Total	**2 822 438,58**	**2 385 367,17**

NOTA 20

Vendas e prestação de serviços

As vendas e prestações de serviços dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 distribuem-se da seguinte forma:

	2022			2021		
	Mercado Interno	Mercado externo	Total	Mercado Interno	Mercado externo	Total
Vendas de mercadorias	**1 542 980,97**		**1 542 980,97**	**1 061 096,79**		**1 061 096,79**
Partes relacionadas	25 458,62		25 458,62	32 654,36		32 654,36
Outras entidades	1 517 522,35		1 517 522,35	1 028 442,43		1 028 442,43
Prestação de serviços	**36 506 337,03**		**36 506 337,03**	**35 424 308,84**		**35 424 308,84**
Partes relacionadas				1 154,86		1 154,86
Outras entidades	36 506 337,03		36 506 337,03	35 423 153,98		35 423 153,98
Total	**38 049 318,00**		**38 049 318,00**	**36 485 405,63**		**36 485 405,63**

NOTA 21

Subsídios à exploração

Os valores registados nesta rubrica em 2022 e 2021 nos montantes de 6,8 mil euros, respeitam a subsídios recebidos do Instituto do Emprego e Formação Profissional ao abrigo de programas de apoio ao emprego.

NOTA 22

Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2022 e de 2021, o detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como se segue:

	2022	2021
Subcontratos	**27 082 110,26**	**26 631 463,49**
Serviços especializados	**637 453,24**	**638 773,90**
Trabalhos especializados	506 176,70	485 077,98
Conservação e reparação	26 203,51	25 253,58
Serviços bancários	59 692,72	103 325,04
Outros de menor valor	45 380,31	25 117,30
Materiais	**29 676,44**	**40 687,99**
Material de escritório	15 137,38	20 093,16
Outros de menor valor	14 539,06	20 594,83
Energia e fluidos	**94 877,41**	**63 674,14**
Combustíveis	86 148,74	57 117,35
Outros de menor valor	8 728,67	6 556,79
Deslocações e transportes	**102 807,73**	**34 013,96**
Deslocações e estadas	102 068,73	33 875,87
Transportes de mercadorias	739,00	138,09
Serviços diversos	**451 631,05**	**360 325,34**
Rendas e alugueres	213 474,18	181 261,15
Seguros	101 588,68	69 095,66
Comunicação	50 609,29	46 666,98
Outros de menor valor	85 958,90	63 301,55
	28 398 556,13	**27 768 938,82**

NOTA 23

Locação operacional

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os valores das rendas pagas reconhecidas como um gasto no período, decorrentes de contratos de locação operacional, foram os contantes no quadro seguinte:

	2022	2021
Veículos automóveis ligeiros de passageiros	65 999,82	44 805,55
Equipamentos	4 048,30	4 311,62
Total	**70 048,12**	**49 117,17**

Os contratos de locação operacional relativos aos veículos ligeiros de passageiros têm a duração média de 36 meses, neles não se encontrando prevista a opção de compra dos bens afetos nem existindo cláusulas de renovação automática.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 24

Gastos com o pessoal

Em 2022 e 2021, os saldos da rubrica gastos com o pessoal analisam-se como se segue:

	2022	2021
Orgãos sociais	**24 750,00**	
Remunerações	20 000,00	
Encargos sociais	4 750,00	
Pessoal	**2 640 892,42**	**2 223 676,25**
Remunerações	2 188 967,12	1 685 772,79
Outros gastos	61 347,03	211 840,11
Encargos sociais	390 578,27	326 063,35
Outros gastos	**109 409,59**	**94 335,23**
Seguros	25 886,39	60 801,43
Outros gastos	83 523,20	33 533,80
Total	**2 775 052,01**	**2 318 011,48**

Nos exercícios de 2022 e de 2021, a Sociedade teve ao seu serviço, em média 61 e 50 empregados, respetivamente.

NOTA 25

Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de outros rendimentos e ganhos dos exercícios de 2022 e 2021 é apresentado no seguinte quadro:

	2022	2021
Diferenças de câmbio favoráveis	81,33	172 274,61
Rendimentos suplementares	46 681,01	44 633,07
Restituição de impostos		6 350,77
Alienações de ativos fixos tangíveis	5 000,00	
Outros	5 564,19	276,01
Total	**57 326,53**	**223 534,46**

NOTA 26

Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas dos exercícios de 2022 e 2021 é apresentado no seguinte quadro:

	2022	2021
Impostos e taxas	8 971,70	3 596,18
Donativos	2 700,00	2 867,06
Correcções relativas a períodos anteriores	2 460,62	7 497,07
Outros	303,32	8 676,21
Total	**14 435,64**	**22 636,52**

NOTA 27

Gastos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros dos exercícios de 2022 e 2021 é como se segue:

	2022	2021
Juros suportados de empréstimos bancários	845,78	19 305,37
Juros suportados de locações financeiras	91,05	264,94
Outros gastos financeiros	1 430,00	1 317,79
Total	**2 366,83**	**20 888,10**

NOTA 28

Resultados por ação

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no resultado líquido atribuível aos acionistas da **Vector Mais** e o número médio ponderado de ações em circulação, conforme segue:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	2 788 920,88	1 515 971,13
Número médio ponderado de acções em circulação	160 000,00	160 000,00
Resultado por acção básico	**17,43**	**9,47**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 29

Passivos e ativos contingentes

Responsabilidades por garantias prestadas

As garantias e avales prestados pela Sociedade a terceiros por responsabilidades assumidas são as seguintes:

	2022	2021
Garantias e cauções de boa execução prestadas a clientes	3 095 751,49	4 087 044,55
Avales para garantia de financiamentos		966 666,62
Total	**3 095 751,49**	**5 053 711,17**

NOTA 30

Acontecimentos após a data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

NOTA 31

Informações exigidas por diplomas legais

Honorários pagos a Revisores Oficiais de Contas

Os Honorários pagos a Revisores Oficiais de Contas ascenderam, no ano de 2022, ao montante de 7.500 euros.

Data de elaboração

O presente relatório e contas foi elaborado em 10 de abril de 2023.

O Contabilista Certificado

A Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **VECTOR MAIS – PROJECTOS E OBRAS DE INTERIORES S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 17.375.929,56 euros e um total de capital próprio de 3.242.816,94 euros, incluindo um resultado líquido 2.788.920,88 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **VECTOR MAIS – PROJECTOS E OBRAS DE INTERIORES S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de abril de 2023

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.
Representada por:

Domingos Fernandes Cascais, ROC nº 1265
Registado na CMVM com o n.º: 20160876

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da

VECTOR MAIS – PROJECTOS E OBRAS DE INTERIORES S.A.

Introdução

Nos termos da legislação em vigor, dos Estatutos da Entidade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório sobre a atividade por nós desenvolvida e o Parecer sobre os documentos de prestação de contas elaborado pelo Conselho de Administração da **VECTOR MAIS – PROJECTOS E OBRAS DE INTERIORES S.A.**, relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidade do órgão de fiscalização

A nossa responsabilidade consiste em realizar os procedimentos considerados necessários, e descritos verificar o cumprimento das disposições constantes no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais. Para tanto, o referido trabalho incluiu, com a periocidade e a extensão consideradas necessárias e aplicáveis, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento da evolução da atividade e da gestão da Entidade, através dos contactos mantidos com o Conselho de Administração da Entidade e com os demais serviços, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos convenientes;
- Averiguámos a observância da lei e do cumprimento do contrato e estatutos da Entidade;
- Avaliação da eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno da Entidade, com a periocidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;
- Verificação da regularidade dos seus registos contabilísticos, documentos que lhe servem de suporte;
- Acompanhamento do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como a revisão legal das contas;
- Exame às demonstrações financeiras anexas, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 18.382.325,27 euros e um total de capital próprio de 1.766.820,45 euros, incluindo um resultado líquido 1.515.971,13 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

- Procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício em referência preparado pelo Conselho de Administração e da respetiva proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e departamentos da Entidade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas por nós emitida, exprimimos a nossa concordância com os documentos de prestação de contas que nos foram apresentados, pelo que somos de parecer que a Assembleia Geral deve apreciar e poderá aprovar:

- o relatório de gestão e as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021; e
- a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos serviços da Entidade o nosso apreço pela constante colaboração, que simplificou de forma significativa o exercício das funções do Fiscal Único.

Lisboa, 15 de abril de 2022

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.
Representada por:

Domingos Fernandes Cascais, ROC nº 1265
Registado na CMVM com o n.º: 20160876